**ECOLOGIA E BIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GURUPÁ: UM ESTUDO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA MONOCULTURA DE ARROZ**

Mailson Lima Nazaré

1 Especialista em Saberes Africanos e Afro brasileiro na Amazônia. Universidade do Estado do Pará. [mailson@uepa.br](mailto:mailson@uepa.br).

**RESUMO**

O presente trabalho é uma pesquisa em andamento que possui como lócus a região de uma comunidade quilombola no Município de Cachoeira do Arari Ilha do Marajó no Estado do Pará, na qual se problematizasobre as consequências dos impactos na biodiversidade produzidos pela produção extensiva de monocultura de arroz nas relações socioambientais da comunidade. A justificativa foi de fazer a análise das relações socioambientais nos espaços de sociabilidade e de suas práticas ecológicas neste espaço territorial, de forma a contribuir com a defesa do território quilombola sobre o avanço das degradações ambientais ocasionadas por estes tipos de projetos. Objetivou identificar impactos socioambientais, analisando práticas e processos dos saberes ambientais da comunidade quilombola de Gurupá frente à influência do projeto de monocultura de arroz. Aplicou-se uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como resultados, estes revelaram um diagnóstico dos impactos socioambientais, tais como alteração na mata ciliar e na susbistência da comunidade, em virtude das atividades de manejo, coletas e extrativismo se alterarem pelas mudanças ecológicas locais,ocasionadas a partir da técnica de irrigação dos leitos dos rios da região, pelo projeto da monocultura de arroz que atinge a comunidade, inundando vastas áreas e com possível poluição dos rios e rebaixamento de seus volumes, alterando assim,as relações socioambientais na comunidade, na medida em que estas áreas passam e não serem mais de uso comum. O estudo apresenta uma realidade complexa no território da comunidade quilombola em que o conhecimento tradicional, seus saberes ecológicos, tornam-se estratégias para se garantir o equilíbrio da biodiversidade, sendo estas, a relação com o lugar, e a preservação do meio ambiente objetivando suas sobrevivências.

**Palavras-chave:** Impactos socioambientais. Saberes ecológicos. Biodiversidade.

**Área de Interesse do Simpósio**: Ecologia e Biodiversidade

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo é resultado de uma pesquisa em andamento na região do Marajó, particularmente na comunidade quilombola de Gurupá no município de Cachoeira do Arari, a qual, segundo dados cadastrais do Projeto Nossa Várzea e do Programa Bolsa Verde da Superintendência do Patrimônio da União no Pará SPU-PA (2015), possui em seu território 145 famílias às margens do rio Gurupá.

Neste sentido partindo do entendimento de que “sob a Amazônia existe um mito oficial difundido como espaço vazio, que nega a existência das populações indígenas e caboclas e das sociedades locais” (BECKER 1994, p.9), o espaço amazônico tem sido alvo de empreendimentos do ramo da produção agrícola extensiva sob o viés desenvolvimentista de racionalidade hegemônica, ocasionando mudanças no meio ambiente, desprezando os saberes da população local.

Assim sendo, na zona rural do município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, segundo Marin (2015), a Empresa Arroz Acostumado iniciou suas atividades desde 2010, ocupando uma área em torno de doze mil hectares. Este empreendimento de monocultura de arroz, após causar intensos conflitos fundiários e socioambientais, se deslocou do Território Indígena da região conhecida como Raposa Terra do Sol, no Estado de Roraima, após sofrer resistência das comunidades originárias, desenvolvendo suas atividades na região da Ilha do Marajó.

Conforme destaca Cabral (2017, p.22) que:

Em março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a saída dos rizicultores da Reserva Indígena e no início de 2010, depois de um longo período de conflitos com os indígenas, os produtores de arroz retirados de Roraima foram instalados no território da APA do Arquipélago do Marajó. A situação se agravou quando esses novos agentes espaciais, por meio de suas atividades, interferiram no uso do território por várias famílias quilombolas.

Considerando que é de fundamental importância para os povos que vivem nestas localidades a defesa de seus territórios, da biodiversidade e de seus saberes ecológicos, empreendimentos desta natureza podem provocar impactos nestes saberes bem como nas práticas socioculturais, como aponta Cuimar (2013), sendo necessária a resistência ao pensamento colonizador e as propostas neoliberais que têm como consequências a exclusão e as desigualdades sociais, fragilizando as comunidades rurais na Amazônia marajoara com a degradação do seu meio ambiente.

Neste sentido, a presente pesquisa problematiza sobre as consequências provocadas pelos impactos na biodiversidade produzidos pela produção extensiva de monocultura de arroz nas relações socioambientais da comunidade. E objetivou identificar impactos ambientais na natureza e, analisar práticas e processos dos saberes ambientais da comunidade quilombola de Gurupá frente à influência do projeto de monocultura de arroz.

Desta forma procuramos nos aprofundar nos aspectos que permeiam a relação sociedade-natureza, a partir do entendimento de que a Amazônia abrange “uma grande variedade, de ecossistemas terrestres e aquáticos que se refletem, por sua vez, em uma grande diversidade de espécies animais e vegetais” (BECKER, 1994, p.84), e somados a isto temos os povos originários: quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores e agricultores familiares em geral, que resistem com seus saberes buscando seus direitos fundamentais relacionando-se intensamente com a natureza, contrapondo a visão hegemônica e colonizadora que identifica a terra e os recursos naturais como inacabáveis.

Assim sendo a pesquisa visa contribuir com a defesa do território quilombola sobre o avanço das degradações ambientais ocasionados por estes tipos de projetos, resgatando e proporcionando visibilidade aos saberes ecológicos da comunidade, e possibilitando à sociedade informações relevantes sobre a biodiversidade visando melhores condições de vida humana e natural nesta região da Ilha do Marajó.

**2. METODOLOGIA**

Desenvolvemos a pesquisa na região dos campos do Marajó e inicialmente partimos de pesquisa bibliográfica, na qual analisa-se dissertações, teses e demais literaturas sobre a temática, além de relatórios de vistorias técnicas realizadas pela SPU-PA (2015), órgão responsável por questões dominiais de áreas que sofrem influência de marés, como prevê a Constituição Federal de 1988:

**Art. 20**. São bens da União:

**[**…]

**IV-** as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005), (SENADO FEDERAL, 2008).

Realizamos ainda trabalho de campo na comunidade, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com análises qualitativas e registros fotográficos, na qual buscamos nos aprofundar sobre os elementos característicos da atividade agrícola em questão, assim como dos impactos na biodiversidade local. Os sujeitos investigados foram moradores e representantes dos movimentos sociais da comunidade quilombola.

1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Inicialmente identificamos que a partir da chegada do projeto de monocultura de arroz na região este, sob a lógica desenvolvimentista, visando mercado e a produção para exportação, ocasiona transformações no território gerando impactos socioambientais alterando a vida humana e natural na região.

Para Cabral (2017, p.17), o território para as comunidades quilombolas é um espaço importante para sua manutenção, sobrevivência e possibilidade de reprodução cultural, social e econômica.

Nessa direção, o projeto de monocultura de arroz interfere na comunidade, quando se desenvolve utilizando o método do sistema de irrigação, o qual requer um grande volume de água propício para inundação do solo, que vai levar em consideração a somatória da necessidade de saturar o solo para formar lâminas de água superficiais e ainda compensar o processo da evotranspiração.

Geralmente são necessários de 1000 a 2000 m³/ha de água para saturar o solo dependendo da profundidade do lençol freático, do teor da umidade e espaço poroso do solo de lâmina de 4 a 5 cm sobre a superfície. E para suprir a necessidade de água no arroz estima-se que esteja sendo utilizado nas irrigações um volume de água em média de 8 a 10mil m³/ha para um período de irrigação de 80 a 100 dias (GALLATO, p.82, 2012).

Temos ainda a carateristica de sazonalidade de períodos chuvosos e de estiagens, especificidade da ilha do Marajó, como elemento não homogêneo no processo de captação de água para o sistema de irrigação, pois nos meses de temperatura elevada aumenta-se a necessidade de irrigação, assim como a necessidade da reposição de água após a utilização de herbicidas.

Esta irrigação é feita dos leitos dos rios da bacia hidrográfica que banha o território da comunidade quilombola, degradando a biodiversidade e modificado o ecossistema no território, tendo reflexos em suas identidades e ancestralidades impactando nas suas relações ecológicas de suas práticas de subsistências.

 Figura1 Área de produção de arroz em Cachoeira do Arari.

Fonte: Tarcísio Feitosa (GTI-MPE/PA), 2013.

Apresentamos assim no quadro abaixo diagnóstico dos impactos socioambientais que a pesquisa levantou, a partir da introdução da monocultura de arroz.

Quadro 01- diagnósticos dos impactos socioambientais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| AMBIENTAIS | SOCIAIS | CULTURAIS |
| * Poluição do solo e da bacia hidrográfica da região, por agrotóxicos atingindo os rios do território; * Irrigação com captação a partir do Rio Arari, para os diversos espaços do projeto; * Alteração do ecossistema e na biodiversidade com: degradação de mata ciliar e extinção precoce de espécies da fauna e flora; | * Conflitos fundiários causados pela exploração extensiva da monocultura de arroz; * Subsistência da comunidade afetada, em virtude das atividades de manejo, coletas e extrativismo se alterarem pelas mudanças ecológicas; * Saberes locais e qualidade de vida afetada pela mudança da dieta alimentar; | * Mudanças nas tradições coletivas locais, com impedimentos de transitar pela região do projeto; * O uso do rio e igarapés como espaço de pertencimento, sobrevivência e coletividade afetados pelo baixo volume da água provocados pela irrigação; |

Neste sentido a técnica de irrigação dos leitos dos rios da região desenvolvida pelo projeto da monocultura, apresenta uma característica de insustentabilidade ecológica, acentuado-se mais ainda, nos períodos de estiagens em que o volume dos rios baixam afastando os peixes dificultando a dieta alimentar da comunidade e alterando o ecossistema.

As modificações nas matas ciliares é outro aspecto apresentado pela comunidade como gerador de dificuldades para suas relações socioambientais de produção e manutenção dos seus saberes.

Em meio isto a comunidade ao se relacionar com a natureza para reproduzir sua cultura e manter sua ancestralidade, o faz isso com seus saberes em uma dinâmica de seu cotidiano e afirmação de seus valores, no qual corroboramos com Santos (2008, p.152), sobre a necessidade de uma perspectiva intercultural que venha permitir o reconhecimento de sistemas de saberes plurais existentes, pois estes são saberes que contribuem para a preservação do território.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo nos apresenta uma realidade complexa no território da comunidade quilombola em que o conhecimento tradicional, seus saberes ecológicos, tornam-se estratégias de sobrevivência, pois conforme a reflexão de Lago e Pádua (1993, p.11), é através da ecologia, por exemplo que muitas pessoas estão sendo levadas a questionar o seu trabalho, o seu consumo, o seu lazer, a sua saúde, os seus relacionamentos e a sua visão de mundo.

É dentro deste panorama que os saberes ecológicos manifestados nas diversas formas de subsistências entre os membros da comunidade, permitem a preservação da área, resistido à invisibilidade e ao isolamento que se tenta impor pela prática extensiva da monocultura de arroz, contrapondo-se em perspectiva “com a ideologia do crescimento ilimitado, por uma sociedade onde os homens não seriam mais escravos da produção, mas sim produziriam para viver, [...] viver em paz e harmônia com a natureza” (LAGO; PÁDUA, 1993, p.105).

Ainda há muito a se investigar nesta perspectiva, como componente estratégico que impeça a degradação da biodiversidade e tenha na manutenção dos recursos naturais a sobrevivência do território. Em que partilhamos da opinião de Cabral (2017, p.20) quando identifica a centralidade do território para os quilombolas, cuja sua perda se iguala à sensação do sujeito estar desaparecendo.

**REFERÊNCIAS**

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 1994.

CABRAL, CLEITON. LOPES. **Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá** **– APA Arquipélago do Marajó/PA**, 277 p., 297 mm, (UnB-Departamento de Geografia, Doutorado, Geografia, 2017). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em: 22de outubro de 2018.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL** **DE 1988**, Brasília: Senado federal, subsecretaria de edições técnicas, 2008.

CUIMAR, Raimunda Martins. **Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do dendê**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013. Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>> Acesso em: 27de outubro de 2018.

GALATTO, Maria do Carmo Marcelino. **Reunião Técnica da Cultura do Arroz Irrigado: recomendações técnicas da pesquisa para o sul do Brasil**. Itajai, SC: SOSBAI, 2012.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é Ecologia**. 12ªedição. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPU. Superintendência do Patrimônio da União. **Projeto Nossa Várzea: Relatório e plano de trabalho da Coordenação de Regularização Fundiária**. Disponível em: < [http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/spu/superintendencia-do-patrimonio-da-uniao-no-estado-do-para](http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/spu/superintendencia-do-patrimonio-da-uniao-no-estado-do-para,)> Acesso em: 7 de julho de 2015.